



# TERRA E LIBERDADE

Boletim nacional do GT Luta dos Povos do Campo e da Floresta – FOB, nº4, Abril/2022

Site: [www.lutafob.org](http://www.lutafob.org) | E-mail: [lutafob@protonmail.com](mailto:lutafob@protonmail.com) | Facebook: [/lutafobnacional](https://www.facebook.com/lutafobnacional)

## RETOMAR A TERRA!

### libertar o território e construir autonomia

Em mais um ano de farsa eleitoral, com milhões de reais destinados para os fundos partidários, os ataques contra os povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponeses se intensifica. No norte do país, a mineração e o garimpo avançam em terras indígenas, deixando um rastro de destruição e envenenando a terra. Ainda, a liberação de terras na Amazônia para abertura de pastos e monoculturas de grãos, em conjunto com a ofensiva de igrejas pentecostais e neopentecostais ameaçam territórios de povos em isolamento voluntário, também pressionando as terras autodemarcadas e também homologadas dos povos da região.

Conjuntamente, em especial no sul e centro-oeste do país, territórios profundamente afetados pelo agronegócio e extrativismo, o Estado e grandes empresas se mascaram para realizar infiltrações internas e desestabilizar comunidades dos povos da região, a exemplo das recentes práticas de arrendamento de soja e milho transgênico em Terras Indígenas e retomadas promovidas por agentes do Estado disfarçados e aproveitadores que ameaçam lideranças, promovem a paramilitarização dos territórios e assassinam opositores. As igrejas pentecostais também aprofundam seu domínio nestas regiões, em especial no Mato Grosso do Sul, onde vem promovendo uma verdadeira caça às bruxas para permitir a sequência do projeto estatal e empresarial de anexar territórios à acumulação capitalista global.



No campo legislativo, o governo de Jair Bolsonaro encaminha com urgência a votação do Projeto de Lei 191/20 (já denunciado em outro número do Terra e Liberdade) em paralelo à iminência de votação da PL 490/07, ambas destinadas para permitir legalmente o agronegócio e extrativismo em Terras Indígenas, em especial a mineração e o garimpo, o plantio de transgênicos, a monocultura de grãos (soja e milho), a cana de açúcar e as monoculturas de eucalipto, além da agropecuária. Com o suporte e financiamento de grandes empresas ligadas ao capital financeiro internacional, esta afronta aos povos indígenas e a todos os povos coloca em risco, por um lado, territórios, a biodiversidade, comunidades inteiras e, em última instância, a espaços vitais para a reprodução da vida.

Por outro lado, como demonstraram as mobilizações nacionais dos povos indígenas em 2021, os povos são hoje protagonistas das principais lutas e resistências anticapitalistas em nosso continente e no mundo.

A força dessas lutas tem o poder de construir um novo mundo, mas isso também dependerá das estratégias e coletividades mobilizadas daqui em diante: não pode haver conciliação com o Estado colonial e as cooptações de suas instituições e lógicas eleitoreiras, sob o risco do povo se dividir e colocar as lutas submetidas ao tempo das burocracias e elites político-partidárias.

O caminho da luta autônoma e da ação direta é a principal arma que garantiu historicamente os direitos dos povos. Foram as retomadas de terra que garantiram as terras negadas pelo Estado colonial; foram as autodemarcações que garantiram o que a Constituição não efetivou; foi a autodefesa que impediu que mais sangue indígena e popular fosse derramado. Sigamos o exemplo dos ancestrais: para o colonizador e seus herdeiros, flecha e fogo! Para derrotar os Projetos de Lei anti-indígenas e o Marco Temporal, é preciso destruir o Estado e o Capital! Contra qualquer governo de turno na gestão do Estado colonial, avançar o controle territorial nas bases e incendiar os palácios de Brasília!

# Agroterrorismo biológico: novos ataques dos latifundiários aos povos



Empresários e fazendeiros estão despejando diretamente agrotóxicos sobre camponeses e indígenas para aumentar o tamanho dos latifúndios no cerrado. Isso acontece **quando 1.603 novos agrotóxicos foram permitidos pelo governo Bolsonaro e a PL do Veneno (Lei 6.299-A) tenta ser aprovada.** De 2008 a 2020, a Comissão Pastoral da Terra registrou 186 conflitos envolvendo agrotóxicos. A recente pulverização de veneno sobre os povos é a nova arma do arsenal dos latifundiários.

Os ataques químicos provocam **dores no peito, estômago e cabeça, além de tosse seca, falta de ar, vômitos, diarreia e irritação cutânea.** Nem a medicina tradicional pode ser utilizada, pois, as plantas também estão contaminadas. Essa é uma maneira de matar lentamente os povos. **Casos assim foram registrados no Centro-Oeste e no Nordeste do Brasil: territórios Guyraroká, Tey Jusu, Itay Ka'aguyrusu (MS); Tapirapé, Urubu Branco, Marãiwatsédé, Xavante (MT); acampamento Leonir Orback, Bela Vista (GO); Parque Estadual Mirador, comunidades Carranca e Araça (MA); comunidade Chupé (PI).** Os povos relatam que a apuração das denúncias é lenta, a maior parte das

indenizações não são pagas e, na prática, a Justiça estatal tem se mostrado ineficaz na defesa dos direitos.

Podemos concluir que: **a) entramos numa nova etapa dos conflitos no campo; b) pois ocorre um agroterrorismo biológico praticado por latifundiários; c) as vítimas são indígenas e camponeses; d) localizados no cerrado; e) revelando como os racismos étnico e de classe dos empresários do agronegócio são mecanismos de expansão da fronteira agrícola da soja e do milho, commodities de exportação.**

Surgiram iniciativas para além da exigência-e-denúncia à Justiça estatal, como a criação do Coletivo de Comunidades Impactadas pelo agronegócio na região do Matopiba. **Nesse contexto, a FOB convida aos povos e comunidades para a) debater a necessidade urgente de autodefesa dos corpos e territórios, para b) criar condições concretas para a realização da autodefesa, c) que exige infraestrutura e logística específicas, para d) não estarmos dependentes da inoperância do Estado frente ao agroterrorismo dos latifundiários da soja e do milho.** *Com informações de Tab.Uol, CPT, Le Monde Diplomatique, G1.*

## Nasce no Ceará a Organização Popular Terra Liberta!

A Terra Liberta é uma Organização Popular de luta pela terra, filiada à FOB. Ela tem como princípios: **Autonomia, Ação Direta, Apoio Mútuo e Democracia Federalista.**

### Qual o seu objetivo?

Nosso objetivo histórico é a construção do Socialismo, o autogoverno dos povos, que é a descentralização da riqueza e do poder. É uma luta, enfim, pela libertação da vida.

Reivindicamos o fim da propriedade privada, o fim do latifúndio para que a terra seja ocupada em prol da vida e não da ganância e da servidão. Que todo mundo tenha terra para viver.

Trilhamos um caminho para uma relação ecológica com a terra, pois ela é nossa casa e fonte da vida.

### Como atingir?

Ocupar terra com Ação Direta é o caminho principal para a realização dos nossos objetivos.



Mais informações: [terraliberta.lutafob.org](http://terraliberta.lutafob.org)

Contudo, ocupar não é somente trocar a terra de dono. É preciso construir uma outra relação entre a terra e as pessoas que lá estão. A luta é todo dia, no cotidiano, para construir territórios soberanos, autônomos e libertos da servidão.

Assim, a arte, a agricultura, a educação, a ciência são fundamentais para o romper não somente a cerca que está sob o chão, mas a cerca que está dentro de nós.

Faremos hortas, roçados, bibliotecas comunitárias, saraus, fortaleceremos a cultura popular. Combateremos o racismo, o machismo, a lgbtfofia e tantas outras opressões que maltratam o povo.